



GT 80. Transições democráticas e controle social: repensando marcações temporais

Coordenador(es):

Liliana Sanjurjo (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Taniele Cristina Rui (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Sessão 1 - Ditadura, Políticas de Memória e Reparação

Debatedor/a: Desirée de Lemos Azevedo (Unifesp)

Sessão 2 - Transição Política, Direitos Humanos e Desigualdades

Debatedor/a: Adalton Jose Marques (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco)

Sessão 3 - Democracia, Sistema Prisional e Controle Social

Debatedor/a: Fábio Mallart (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

O GT pretende reunir etnografias e pesquisas históricas que constroem delineamentos acerca de transições democráticas, desafiando marcações temporais convencionadas e preferindo tomá-las como problema de pesquisa. Como explicação a priori, o binômio democracia/ditadura, muitas vezes, impede-nos de pensar a respeito dos processos que ajuda a descrever e dos problemas que é capaz de ocultar em nossas pesquisas. Nesse sentido, a proposta visa colocar em debate trabalhos, de caráter conceitual e/ou de diferentes recortes empíricos, para provocar reflexões imprevistas em torno do mesmo problema teórico-político. Sem limitar os campos de investigação que poderão ser acolhidos, nos interessam trabalhos que problematizem questões como: 1) as implicações das leis de anistia e os silenciamentos impostos a atores sociais que sofreram violências durante a vigência de regimes ditatoriais, assim como a recepção de suas lutas reivindicativas de memória, verdade e justiça em democracia; 2) o caráter ambíguo de políticas humanitárias transicionais adotadas por países periféricos; 3) construções de fronteiras e distinções entre crime político e crime comum, e/ou entre segurança nacional e segurança pública, como mecanismos de controle social; e 4) a mobilização da guerra às drogas e a expansão penal como dispositivos centrais de combate às ilegalidades e controle das populações pobres (majoritariamente não-brancas) em democracia.

A democracia como problema de polícia. A noção de segurança pública como fronteira entre governança humanitária e violência de estado na São Paulo da redemocratização.

Autoria: Evandro Cruz Silva (CAPES)

Esta apresentação tem como objetivo entender as diferentes perspectivas que produziram os sentidos da expressão 'segurança pública' na redemocratização brasileira. Teremos como centro da atenção o período entre 1982 e 1989, tempo de transição entre a ditadura militar e a nova democracia liberal no país e que se tornou palco das disputas pela separação entre violências de estado tidas como legítimas e ilegítimas por parte de seus aparelhos de polícia. Tomaremos como objetos de análise três processos distintos e suas relações: A assinatura de protocolos humanitários internacionais para controle da violência por parte dos governos do estado de São Paulo, a expansão de programas de rádio que difundem uma reclamação pública por uma polícia mais violenta como solução para mais uma crise de segurança e as notícias acerca do retorno de grupos armados autônomos para a eliminação sumária de pessoas, os chamados 'justiceiros'. Desta maneira, analisaremos a criação de uma noção de segurança que coloca em convivência uma vontade



política de alinhamento a parâmetros internacionais de governança humanizada, a formação de um público cativo do discurso da violência policial e a existência de grupos para execuções paralegais. Tomando como definição de antropologia da violência a presente em Spencer (2006) como "a kind of mapping of the different moral and aesthetic evaluations people in different contexts make of their actions on the bodies of others." argumentamos aqui que a análise de tais processos e suas relações nos permitirá identificar parte dos mecanismos de normalização moral e estética da violência letal da polícia do estado de São Paulo. Esta normalização passa pela criação de uma noção de segurança pública que consegue convergir por um lado a tendência internacional de governança humanitária típica dos finais da guerra fria (Fassin 2001b) e por outro a manutenção de técnicas de "governo indireto privado" (Mbembe 2001) advindos da ditadura militar. A convergência destas técnicas aliam a produção constante de violência de Estado com a ampla difusão em veículos populares de discursos de aprovação de tais práticas. Propõe-se aqui que tais processos criam uma noção de segurança pública que funcionará como fronteira entre o universo dos direitos pretendidos pela razão humanitária e o universo da violência de estado pretendidos pelos discursos de endurecimento policial e pela aplicação da violência para além das amarras dos direitos humanos.

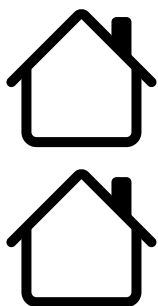
[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: